

GeoINova

Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Director: *Coordenador do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*
Jorge Umbelino

Coordenadora deste número:
Ana Firmino

Conselho Editorial: *Comissão Científica do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*

Paula Bordalo lema
Margarida Souza Lôbo Howell
Ana Firmino
Regina Salvador
Maria José Roxo
Maria de Nazaré Roca
José Eduardo Ventura
Margarida Pereira
Jorge Umbelino
José Afonso Teixeira
Maria Júlia Ferreira
José António Tenedório
Henrique Souto
Nuno Soares
Dulce Pimentel

Propriedade: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Morada para correspondência:

Revista *GeoINova*
Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Av. de Bema, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)

Telefone: +351.217933919 Fax: +351.217977759 e-mail: dgpr@fcsh.unl.pt

Depósito legal n.º 141791/99

ISSN: 0874-6540

Número avulso: 1500\$00

Assinatura anual (2 números) – 2000\$00

Edição com o apoio de:
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian

GeoINova

Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Número 1 - 2000

“Desenvolvimento sustentável: um novo paradigma para as áreas rurais”

ÍNDICE

	Pág.
Jorge UMBELINO - <i>Editorial</i>	3
Ana FIRMINO - <i>Apresentação</i>	5
ARTIGOS:	
Vítor BARROS - <i>O Mundo Rural enquanto matriz do Desenvolvimento Sustentável</i>	9
Ian BOWLER - <i>From Rural Systems to Rural Networks in Sustainable Development</i>	23
Maria de Nazaré ROCA - <i>Migração de Regresso e Desenvolvimento Rural Sustentável: um estudo de caso no Alto Minho</i>	33
João FERMISSON - <i>Revitalização de Áreas Rurais no Interior Português: desafios e possibilidades de integração territorial</i>	51
Diamantino DIOGO - <i>Contributo do Crédito Agrícola para a criação de melhores condições de vida no espaço rural</i>	61
Isabel RAMOS - <i>O Manual Básico de Práticas Agrícolas: conservação do solo e da água – contributo para uma maior sustentabilidade da actividade agrícola em Portugal</i>	73
Teresa PINTO CORREIA - <i>As Medidas Agro-Ambientais como instrumento integrado para a preservação da paisagem rural: a importância da sensibilização dos técnicos locais e dos chefes de exploração</i>	81
Maria Júlia FERREIRA - <i>Condomínios Habitacionais Fechados no contexto da sustentabilidade</i>	99
Ana FIRMINO - <i>Desenvolvimento Sustentável: a aliança entre a Natureza e o Bom Senso</i>	115
NOTAS:	
José Eduardo VENTURA - <i>As inundações e os problemas de ordenamento do território</i>	129
Espaço da Associação Portuguesa de Geógrafos	133
Espaço da Associação de Professores de Geografia	135
Espaço do Núcleo de Estudantes do Departamento de Geografia e Planeamento Regional	143

TEMAS DOS PRÓXIMOS NÚMEROS

2. Conservação da natureza e desenvolvimento económico (Coord. - Maria José ROXO)
3. Competitividade territorial e globalização (Coord. - Regina SALVADOR)

Edição com o apoio de:
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian

7

Bibliografia

- BAENINGER, Rosana (1997), "Migração e Regionalização em São Paulo" Relatório II, Núcleo de Estudos de População- NEPO/UNICAMP, Campinas, SP- Brasil - <http://www.inera.gov.br/acordos/fao/Rosan2.htm>
- BLOWERS, Andrew (ed.), (1993), *Planning for a sustainable environment. A report by the Town and Country Planning Association*, London.
- BLOWERS, Andrew; EVANS, Bob (ed.) 1997, *Town Planning 21st century*, Routledge, London and New York.
- BREHENY, M. (ed.), (1992), *Sustainable Development and Urban Form*, Pion, London.
- COMISSÃO EUROPEIA, *Report of the eighth Conference on Urban and Regional Research*, Madrid (Spain), 8-11 June, 1998, in *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, XXX (115), 1998: 253-266.
- COMISSÃO EUROPEIA (1999), *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um Quadro de Acção*, União Europeia, Política Regional e Coesão.
- COMISSÃO EUROPEIA (1999), *Projectos-Piloto Urbanos Fase II, 1997-1999*, Descrição dos Projectos, União Europeia, Política Regional e Coesão.
- DAVEY, Peter (1993), "Sustainable suburbia", *The Architectural Review*, Nov. 1993,(1161):4-5.
- FERREIRA, Maria Júlia (1995), "O condomínio fechado: nova forma de habitar em Setúbal", in *Sem Mais – Setúbal distrito* "Junho de 1995.
- FERREIRA, Maria Júlia; PEREIRA, Margarida (1998), "Condomínios habitacionais fechados. Novos espaços de Habitação e Lazer", *VIII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo*, Porto, 1998.
- FERREIRA, Maria Júlia (1999), "A internacionalização no imobiliário residencial. O caso dos condomínios habitacionais fechados", *Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia*, Lisboa, 1999.
- FERREIRA, Maria Júlia (2000), "Estrangeirismos e Ideologias nos condomínios habitacionais fechados" Livro de homenagem à Profª Henriqueta de Campos, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, no prelo.
- FILHO, Daniel Aarão Reis (1999), "Gramsci e o Brasil. Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil", Conferência proferida em Lisboa - <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv94.htm>
- GEN, Global Eco-Village (1999). <http://gen-europe.org/>; <http://gaia.org/>, Internet.
- GLASSCOCK, Rebecca C. (1996), *Indicators of a Miracle? The Quest for Sustainable Communities*, Internet.
- HALE, Monica, LACHOWICZ, Miko (edit.), (1998), *The Environment, Employment and Sustainable Development*, Routledge, London and New York.
- HAUGHTON, Graham and COLIN Hunter (1994), *Sustainable Cities*, Bristol, Pennsylvania, Jessica Kingsley Publishers, Lda.
- HEWITT, Nicola (1995), *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. Como empreender o planeamento de uma acção ambiental a longo prazo para alcançar a sustentabilidade?*, ICLEI, The International Council for Local Environmental Initiatives, Freiburg.
- LANCASTER, Robert W. (1996), *From Utopia to A Vanity Fair: Postscript to A New Paradigm Toward Small Town Sustainability*, Internet.
- MAZZA, K.; RYDIN, R. (ed.), (1996), "Urban sustainability: actors, discourses, networks and Policy Tools", *Progress in Planning*, 47 (1), 1-74.
- Mendonça, Kátia (s/d), "Anos FHC (Fernando Henrique Cardoso): o Imaginário Político e o Não-Olhar", <http://www1.1dc.lu.se/latinam/virtual/politica/anos.htm>, 07/02/2000.
- METREX (1998), *Sustainability and The Metropolitan Planning Process*, Working Group 1, Final Report, Prepared by The Organisation of Athens, Nice, March 1998.
- NETO, Ricardo BonaLume (1995), "Debate discute criação de novas fronteiras nas metrópoles", especial para a *Folha de 30/11/1995* (envolveu Milton Santos e Paulo Sérgio Pinheiro, incidia sobre Fronteiras e era o último da série "diálogos impertinentes", promovidos pela Folha e pela PUC-SP); <http://www.uol.com.br/dialogos/dialogos.htm>, 07/02/2000.
- PUGH, Cedric (edit.), (1996), *Sustainability, the Environment and Urbanization*, Earthscan Publications Ltd., London.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (1997), *Dos Cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, IPPUR/UFRJ, FASE (havia duas resenhas sobre ele na internet em: <http://www.ub.es/geocrib/b3w-75.htm>, 07/02/2000).
- SOMOGGI, Laura (s/d), "Eu quero (mesmo) uma casa de campo?", <http://www2.uol.com.br/vocesa/1edicao/campo.html>, 07/02/2000.
- Sustainable-cities. Megacities 2000, internet.
- YANARELLA, Ernest J and RICHARD S. Levine (1992, "The sustainable City Manifesto. Pre-text, Text and Post-Text", *Built Environment*, vol 18, December 1992, pp. 301-313, (internet).

Desenvolvimento sustentável: a aliança entre a Natureza e o bom senso

Ana Firmino

Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa

Tel.: +351.217933919

Fax: +351.217977759

e-mail: am.firmino@fesh.unl.pt

Resumo

Na sua caminhada infatigável o Homem tem vindo a sacrificar a Terra, que lhe serve de abrigo e de sustento, em nome dum certo tipo de desenvolvimento, que só beneficia alguns mas prejudica a todos. E são sobretudo as sociedades ditas mais desenvolvidas as que mais contribuem para a delapidação dum património comum que, em muitos casos, se encontra já irremediavelmente perdido.

Portugal beneficiou, em certa medida, dum despertar tardio para a modernização, o que lhe permitiu manter por mais tempo um ambiente menos poluído e harmonioso e uma qualidade de vida da população, que advém do seu estilo menos acelerado e duma alimentação mais sã e equilibrada. Contudo, sobretudo na última década, com a abertura ao exterior os problemas decorrentes da utilização de tecnologias inadequadas às características do país, e altamente penalizadoras em termos culturais (perda de identidade) e de capital humano e financeiro (precaridade de emprego ou sub-emprego e endividamento) têm vindo a acentuar-se e a ensombrar o horizonte dos portugueses.

Neste artigo tecem-se algumas considerações quanto a formas alternativas de produção e de conduta, baseadas no respeito pelas leis da Natureza, que poderão contribuir para um melhor ambiente, desde que impere o bom senso, em nome dum desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, limites do crescimento, atitudes alternativas.

Résumé

Au fur et à mesure que l'être humain parcourt son chemin il vient à sacrifier la Terre, que lui sert d'abri et de nourriture, au nom d'un certain genre de développement, qu'apporte des bénéfices à quelques-uns mais cause des préjudices à tous. Et ce sont surtout les sociétés dites plus avancées, lesquelles contribuent d'avantage pour le détriment d'un patrimoine commun que pas rarement est déjà complètement perdu.

Portugal a eu l'avantage de s'avoir réveillé bien tard pour la modernisation, ce que lui a permis de maintenir pour une période plus longue un environnement moins pollué et harmonieux ainsi qu'une qualité de vie de sa population, qui advient de son rythme moins accéléré et d'une nourriture plus saine et équilibrée. Cependant, surtout au cours de la dernière décennie, avec l'ouverture à l'extérieur, les problèmes résultants de l'utilisation de technologies inadaptées aux spécificités du pays, et hautement pénalisantes en ce qui concerne la culture (perdre d'identité) et le capital humain et financier (précarité de l'emploi ou sous-emploi et endettement) se sont accrues et ombrent l'horizon des portugais.

Cet article élabore des considérations à propos de formes alternatives de production et de conduite, basées sur le respect vers les lois de la Nature, que pourront contribuer pour un meilleur environnement, dès que le bon sens soit présent, afin qu'on puisse achever un vrai développement durable.

Mots-clés : développement durable, limites à la croissance, attitude alternative.

Abstract

On its evolution mankind has been sacrificing Earth, which provides him with shelter and food, in order to achieve a certain kind of development, which only benefits a few but prejudices everybody. It is precisely the most developed societies that contribute in a larger degree to the destruction of a common heritage that, in many cases, is already hopeless lost.

Portugal benefited in a certain way from a late awakening to modernisation, and this allowed the maintenance for a longer period of a harmonious and less polluted environment as well as a quality of life only possible due to both a slower style of life and a healthier and more balanced diet. However, mainly during the last decade, with the opening up to the exterior problems arose with the use of inappropriate technologies, responsible for high impacts on the culture (lost of identity) human capital and finances (precarious jobs or underemployment and debts) that have been increasing and shadowing the horizon of the Portuguese.

In this article some considerations about alternative production systems and behaviour are presented, in order to achieve a true sustainable development based on the respect for Nature, which may contribute to a better environment as long as good sense prevails.

Key-words: sustainable development, limits to growth, alternative behaviour.

Desenvolvimento sustentável versus sustentado

Viver é um risco e, por mais cautelosos que sejamos, um dia chegará o momento de partir. Este início tão fúnebre, pensarão alguns, justifica-se como mote dum tema que aborda precisamente a vulnerabilidade do ser humano face a forças, como as da Natureza, que por muito que a sociedade tenha evoluído, pelo menos do ponto de vista técnico, continuam a impor as suas regras.

Se tivermos consciência desta fragilidade e soubermos guiar os nossos destinos com a humildade de quem aceita a sua ignorância, estaremos em muito melhor condição para construirmos um destino comum mais saudável e duradouro.

Não é esta contudo a filosofia dominante nas sociedades que se arrogam o estatuto de mais evoluídas, as quais se vangloriam do conhecimento científico e conquistas tecnológicas que, no entanto, mais não fazem do que gerar entropia. Contudo, o segundo princípio da termodinâmica “proíbe o moto contínuo, mesmo de segunda espécie. A natureza é ciosa do seu ‘stock’ energético: sempre que lhe mexemos ela aplica um imposto na forma de entropia, na forma de degradação, na forma de poluição. A poluição é o IVA da natureza!” (Rodrigues, 1999, p.4).

Nas palavras de N. Wydra (2000, p.14-15) “somos abençoados e amaldiçoados com o poder de interagir com o nosso ambiente, ao contrário de qualquer outra espécie. A sensibilidade para com a nossa constituição interior se enfraquece ao deixar que a tecnologia subjugue a biologia”.

Apesar de nos últimos trinta anos se multiplicarem os avisos quanto à “insustentabilidade” do modelo de desenvolvimento dominante, e de ao nível político se ter adoptado um discurso francamente direccionado para as questões sociais e do ambiente, é notório que o factor económico tem prevalecido, criando-se situações de conflito latente e de absoluta incoerência entre o discurso retórico, defensor dos bens da vida, e a prática decepcionante que nos fala de morte (morte das florestas, morte dos rios, extinção de espécies, agonia até dos valores morais e éticos).

Mas afinal o que é o desenvolvimento sustentável e de que forma este nos poderá proporcionar uma melhor qualidade de vida?

Uma das definições de desenvolvimento sustentável mais comum define-o como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade

das gerações vindouras de satisfazer as suas, como consta do Relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development, 1987).

Esta questão ganhou maior ênfase com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (a ECO '92) na sequência da qual se adoptou a Declaração do Rio de Janeiro, cujos objectivos de desenvolvimento sustentável, contidos na "Agenda 21", constituem um plano de acção da comunidade internacional monitorizado por uma Comissão da ONU – Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável.

Desde então tornou-se quase uma moda falar de Desenvolvimento Sustentável, em alguns casos apelidado erradamente de desenvolvimento sustentado, numa tradução incorrecta do inglês "sustainable development", se bem que em termos do que se tem vindo a fazer esta nomenclatura seja muito mais apropriada. Na verdade insiste-se em sustentar modelos de desenvolvimento que nada têm de sustentável. Assiste-se diariamente ao bombardear da sociedade com publicidade que apela ao consumo desenfreado e a imagem de cidadão bem sucedido na vida aponta para comportamentos esbanjadores e bem pouco consentâneos com a contenção que, mais cedo ou mais tarde, teremos de adoptar se quisermos sobreviver segundo os padrões actuais e fontes de recursos hoje conhecidas.

Por isso impõe-se, numa primeira fase, encontrar um novo modelo de economia, que contemple as externalidades¹ geradas por decisões perdulárias e nefastas para o ambiente e que muitas vezes se ignoram por serem de difícil cálculo. A vida humana é dos bens mais preciosos e não deixa de haver um seguro automóvel obrigatório para indemnização em caso de danos físicos que conduzam ou não à morte. É pois possível, mesmo que aproximadamente, atribuir um valor aos bens, internalizando os custos da destruição do Ambiente, como veremos no capítulo seguinte.

Em busca duma Economia do Desenvolvimento Sustentável

Vários são os autores que, nos últimos tempos, têm publicado livros que nos falam de Economia e Ecologia (Archibugi et al, 1990) ou Economia Ecológica (Pillet, 1997) duma Economia do Ambiente e dos Recursos Naturais (Tietenberg, 2000) em busca duma Economia do Desenvolvimento Sustentável (Robertson, 1999) e outros que discutem a Economia Ecológica e a Ecologia da Economia (Daly, 1999) para só citar alguns dos mais recentes.

Conceitos clássicos como os do PNB são postos em causa, por não mostrarem o uso racional da economia (Pillet, 1997) sendo propostos outros indicadores como o GPI (Genuine

Progress Indicator), que Eckersley apresenta como uma nova medida do bem-estar económico duma nação (ECKERSLEY, 1995). O GPI tem em consideração mais de vinte indicadores da vida económica ignorados pelo PNB. Inclui estimativas do contributo económico de numerosos factores sociais e ambientais a que o PNB atribui um valor zero. Diferencia igualmente entre transacções económicas que contribuem para o bem-estar e as que o degradam. O GPI integra estes factores numa medida complexa para que os lucros da actividade económica possam ser pesados em relação aos custos.

Tomando por base os novos indicadores, um país como Portugal poderia mostrar que a sua economia, especialmente no que respeita a agricultura, não é tão atrasada e pobre como se propala, por ser mais eficiente em termos energéticos (FIRMINO, 1999, p. 111). É o que se verifica na classificação dos países segundo o PNB per capita em que os Estados Unidos se apresentam em primeiro lugar entre os grandes países industrializados, mas perdem esse estatuto quando se tem em consideração a eficácia do sistema energético segundo os TEP² por 1000 US de valor acrescentado (Chandler et al, 1988, citado por Pillet, 1997, p. 27-28).

Contudo, o que tem dominado é preponderantemente uma aposta no crescimento, em busca do lucro imediato, à revelia do preconizado nas Medidas Agro-Ambientais, apesar destas referirem explicitamente os inconvenientes gerados por uma política deste cariz: "A política agrícola seguida nos últimos 30 anos pela Comunidade, ao prosseguir objectivos evidentes de aumento das produções e das produtividades da terra e do trabalho, conduziu a uma degradação ambiental, por vezes grave, com reflexos mais evidentes na poluição das águas superficiais e subterrâneas, na degradação da paisagem devida à intensificação cultural, na destruição dos 'habitats' da fauna e no abandono de terras marginais menos produtivas." (IEADR, 1994, p.1).

A prossecução de objectivos de crescimento ilimitado comprometem seriamente a viabilidade dos ecossistemas e põem em risco a liberdade dos que advogam outras formas de acção mais consentâneas com a Natureza, como é o caso da prática da agricultura biológica e bio-dinâmica, que proíbem o uso de químicos de síntese, ou a protecção integrada que os evita.

Tudo tem limites

A sociedade moderna aposta até ao absurdo em ultrapassar os limites, começando pelos que se levantam às capacidades do próprio ser humano, tentando superar recordes que, mais cedo ou mais tarde, se tornarão imbatíveis. Este facto é notório nas competições desportivas, em que se faz uso de toda uma panóplia de substâncias químicas tendentes a aumentar o rendimento do atleta, desvirtuando a competição e pondo em risco a saúde do

² TEP = Toneladas equivalente petróleo

¹ Segundo Pillet (1997, p. 28) "um efeito externo designa o facto que, embora todos os indivíduos tenham maximizado o seu lucro e tenham satisfeito as suas necessidades em compras e vendas no mercado, alguns estão insatisfeitos com os efeitos fora de mercado que certos consumidores e produtores impõem: fumos, sujidades, ruído, poeiras, danos de todos os géneros, águas sujas, engarrafamentos. (Outros verificam que beneficiam de vantagens que não pagaram). Em equilíbrio ótimo de mercado, dito de outra forma, não foi tudo contado".

utilizador das drogas. No entanto, e tomando como exemplo o atletismo, ninguém poderá chegar antes de partir, o que impõe à partida um limite inultrapassável a não ser que a ficção científica se torne realidade e seja possível transformar a matéria em energia na linha de partida, para voltar a materializá-la quase em simultâneo na meta. Mas então ter-se-á acabado, em nossa opinião, com a verdadeira beleza da competição, oferecida pelo esforço físico e os corpos em movimento!

Há pois um limite, o que não significa que não possa haver desenvolvimento, progresso e melhoria da qualidade de vida. Mas, qualquer que seja essa evolução deverá reger-se por princípios de bom senso, equidade e respeito.

Como garantir os direitos dos que pretendem viver num ambiente despoluído, rodeados por uma paisagem coerente se as agressões estão presentes em todo o lado, mesmo nas áreas mais recônditas? Como pôr em prática o princípio democrático que estipula terminar a nossa liberdade onde começa a dos outros?

São já tantos os exemplos dos que se manifestaram contra o crescimento indiscriminado e denunciaram os danos causados por comportamentos irracionais que nos perguntamos como é possível que se continue a comprometer o futuro e tão pouco seja feito em prole dum verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Apesar do princípio do Poluidor-Pagador, apresentado pela primeira vez pela OCDE (1974) e consagrado no 16º Princípio da Declaração do Rio, como forma de internalizar os custos e obrigar quem polui a pagar por essa mesma poluição, na prática o “PP corresponde a uma ‘autorização parcial’ para poluir, o que significa que o controlo da poluição fica, em teoria pelo menos, na posse dos poderes públicos” (LACASTA et al, 1998, p. 98).

Acrescente-se que dado o valor por vezes simbólico das coimas, em algumas situações compensa poluir. Na verdade muito terá de ser feito em torno da sensibilização dos agentes poluidores, para que numa forma espontânea e empenhada todos se esforcem por evitar a degradação do meio e os riscos para a sobrevivência das espécies, independentemente do controlo externo que possa existir.

Este é um cenário ideal que importa acalantar, por conter em si o âmago da sustentabilidade, isto é, cada um age como garante do desenvolvimento sustentável em vez de uns tantos tentarem controlar os infractores.

O “contador entrópico”

O reconhecimento dos malefícios de certas técnicas e tecnologias reporta-se a tempos bastante idos, em que por certo as consequências não eram ainda tão notórias nem tão lesivas do meio como se verifica actualmente. É o caso de Liebig, autor de “Agricultural Chemistry” (1855) que em 1873 reconhecia os prejuízos causados aos solos pelo uso irracional dos químicos, que ele próprio tinha criado e preconizado na fertilização artificial.

Posteriormente, Mansholt que, nos anos 60, impusera uma política de crescimento de larga escala na agricultura europeia, com todos os inconvenientes daí decorrentes, viria a envolver-se pela defesa do ambiente e a combater esses excessos (Firmino, 1989). Ainda nesta década surgiu um livro que é hoje um clássico: Primavera Silenciosa de Rachel Carson (s/d) que denuncia os danos causados ao ambiente pelos produtos químicos. Nos anos setenta celebrou-se Schumacher (1980) e a sua apologia do “Small is beautiful”, em que defendia a utilização de tecnologia apropriada para evitar impactes negativos no meio quer social, político, económico, físico, etc.

Perante estes sinais de aviso seria lícito esperar que a sociedade reagisse numa forma mais prudente. Nada mais enganoso. O sistema está montado e é dominado por *lobbies* poderosos que muito dificilmente irão permitir que o rumo da política comprometa os seus interesses pessoais. Num trabalho do Ministério da Agricultura em que se afirma “que o Governo assume uma visão moderna do desenvolvimento: sustentável, regionalmente equilibrado e socialmente justo” (DGDR, 1997, p. 58) mais adiante pode ler-se o seguinte: “mas não nos iludamos. Também deixámos escrito que as resistências e os “lobbies” que agem em sentido inverso são diversos e fortes, o que nos faz antever como difícil a passagem das declarações de intenção favoráveis ao desenvolvimento rural às práticas políticas com elas coerentes” (DGDR, 1997, p. 82).

De que forma poderemos então ultrapassar estas vicissitudes? A educação e sensibilização dos cidadãos é essencial e assume particular destaque consubstanciada na Educação Ambiental ensinada nas escolas aos jovens, que são afinal o garante da continuação da espécie.

No entanto não basta transmitir o conhecimento. É fundamental que as pessoas sintam a necessidade de contribuir para a melhoria do ambiente porque se identificam com esse princípio e não porque se tornou uma moda. Como referimos num outro trabalho, embora muitas pessoas compreendam que algumas alterações põem em risco a nossa sobrevivência, apenas algumas sentem como é necessário planear o desenvolvimento sustentável e viver de acordo com os seus credos (Firmino, 1999, p. 117). Day interroga a este respeito: a questão crucial é saber como é que uma sociedade, que aspira permanecer civilizada, sobrevive se valoriza mais o uso do que a beleza, o que (em privado e materialmente) podemos retirar das coisas mais do que (comum e espiritualmente) podemos dar através delas? (Day, 1990, p.181).

Pavitt considera “que as preocupações sobre as questões do meio ambiente só serão sentidas pelas classes médio-superiores, quando verificarem como se massificam e se deterioram os outrora semi-isolados locais de férias, ou quando virem como se encontram congestionadas as infra-estruturas públicas, antes folgadas e hoje tornadas insuficientes pela generalização do crescimento e do consumo” (Pavitt, 1983, p. 153).

Num curioso artigo assinado por Francisco Rodrigues, o director do Departamento de Materiais do IMP/INETI propõe um contador entrópico, “que pretende ser um poderoso modelo de educação ambiental no sentido da informação generalizada da população, acerca

dos limites do planeta” (Rodrigues, 1999, p.5). O contador permitiria fazer o cálculo global da poluição (entropia) gerada por casos da vida quotidiana como consumir, deslocar-se ou proteger-se, proporcionando tabelas comparativas da entropia gerada pela produção de artigos equivalentes como seja um copo de vidro ou plástico, comparar a entropia de ir para a escola ou emprego a pé ou de bicicleta ou transporte público ou automóvel (idem, p. 5).

Devagar se vai ao longe

Nos últimos anos têm vindo a aparecer trabalhos cujas conclusões contrariam em absoluto a ordem dominante. É o caso do estudo publicado por John Whitelegg (1995, 115-144) sob o título “The Pollution of Time”, que aborda a questão dos transportes. Este problema poderá constituir um bom exemplo do que é preciso mudar, nomeadamente em termos de opções no planeamento e gestão do território assim como na identificação dos comportamentos alternativos, que melhor poderão servir os interesses dos cidadãos, numa óptica de desenvolvimento sustentável.

É frequente ouvirmos dizer a quem nos visita que, comparando a situação actual com a que se vivia há umas duas décadas atrás, Portugal mudou muito. Em geral a primeira alteração notada é a das auto-estradas seguida pela proliferação dos centros comerciais. Sem dúvida que as infra-estruturas criadas para dotar o país duma rede rodoviária moderna, que proporcione tempos de viagem mais curtos, têm sido um *ex-libris* do Portugal pós entrada na Comunidade Europeia (1986). No entanto, a exemplo do que se verifica em países que nos precederam neste tipo de investimentos, o alargamento da rede viária, nos moldes em que se pratica, poderá não ser a opção ideal para resolver os problemas de trânsito, sobretudo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa ou Porto, como qualquer um de nós pode facilmente constatar ao se deslocar diariamente para o seu lugar de trabalho.

Para Whitelegg (1995, p. 123) o tempo exigido pelos veículos automóveis, e na verdade pela viagem em si mesma, é uma medida básica do progresso da sociedade em direcção a níveis crescentes de consumo e, como no caso dos transportes este é largamente alimentado pelos combustíveis fósseis, assiste-se a níveis crescentes de poluição, aquecimento global e danos na saúde. Citando um trabalho do Instituto de Investigação Ambiental Aplicada da Alemanha, datado de 1987, o autor acima mencionado refere que a bicicleta, o veículo mais respeitador do ambiente, apresenta vantagens sobre o automóvel em termos de tempo despendido (Fig. 1). Esta conclusão baseia-se no facto de se ter tido em conta a “velocidade média social” (average social speed) que revela muito mais acerca da relação entre consumo de recursos, gasto de tempo e destruição ambiental do que a ingénua medida da velocidade dada pelo velocímetro (idem, p. 124).

Referem-se como outros custos habitualmente negligenciados (externalidades) os que se relacionam com o tempo de trabalho necessário para ganhar o dinheiro devido pelas

intervenções para limpeza do ar e combate à poluição sonora, indemnização aos feridos em acidentes automóveis, custos de saúde das pessoas cujos sistemas respiratórios foram afectados pela exposição às emissões de poluentes libertados pelos veículos (idem, p. 125).

Por outro lado, o mesmo estudo revela um aumento de tempo gasto na viagem e médias muito baixas e estáveis de velocidade. Esta situação deve-se ao facto de termos de percorrer maiores distâncias para acedermos ao local de trabalho, actividades de recreio, escolas, etc. e de se formarem grandes “engarrafamentos” à entrada das grandes cidades.

Este estudo aprofunda outros aspectos de inegável interesse, como sejam o aumento do risco de ferimentos graves ou fatais decorrentes da maior velocidade atingida pelos veículos, consumo de combustível e emissões de dióxido de carbono, hidrocarbonetos, etc., assim como o espaço ocupado e velocidade atingida pelos diferentes modos de transporte. No final o autor sugere uma nova abordagem do tempo, que ponha maior ênfase na conservação dos recursos, proximidade do consumo em relação ao local de produção, transporte não motorizado para viagens curtas e maior riqueza do ponto de vista social.

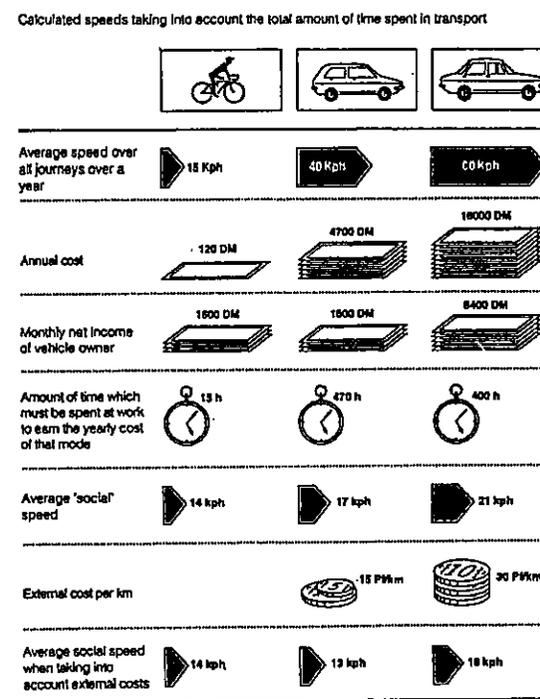


Fig. 1 – Poderão as bicicletas ultrapassar os carros?
In: Whitelegg, J. (1995, p.124)

Este é um cenário que tem vindo a ser adoptado em países como a Holanda, onde se concluiu que o aumento da rede viária não estava a resolver os problemas de trânsito e consumia cada vez mais espaço, o que num país de reduzida área pesa consideravelmente na decisão final. É óbvio que a preferência pelo transporte em bicicleta, característico de países como a Holanda ou a Dinamarca, seria bem mais difícil de por em prática em Portugal, por razões óbvias relacionadas com o relevo, falta de pistas e de civismo por parte do condutor automóvel, que não respeita peões muito menos ciclistas. No entanto, muitos dos inconvenientes com o transporte individual acima relatados, poderiam ser evitados se se dispusesse dum sistema de transporte público eficiente e se criassem condições para que, nas áreas convenientes, houvesse um maior uso, em segurança, da bicicleta. Uma campanha recente do partido ecologista “Os Verdes” dá o mote: “Vamos pedalar p’las pistas - pela Segurança, pela Saúde, Pelo Ambiente”.

A Aliança entre a Natureza e o bom senso

O tipo de campanhas que se organizam pode ser um indicador claro da vontade dum povo como colectivo. Nos anos setenta, um movimento liderado por muitos jovens, opôs-se repetidamente contra a implantação de centrais nucleares em Portugal, sobressaindo entre os vários slogans um que dizia: “mais vale activo hoje, do que radioactivo amanhã”. Por enquanto o nuclear não passou!

Os jovens de hoje foram educados por muitos dos que se opuseram então contra o nuclear. Apesar da sociedade transmitir uma ideia de desenvolvimento e progresso, que em termos gerais compromete o ideal do desenvolvimento sustentável, é de bom tom mencioná-lo em todo o discurso que se preze. Por outro lado vai-se sentindo uma maior sensibilidade dos jovens para com as questões do ambiente.

As diversas iniciativas tomadas no sentido da Educação Ambiental terão de surtir efeito mais tarde ou mais cedo. A resistência virá pois mais do lado dos que se habituaram a um determinado comportamento e não se sentem motivados para contribuir para um Ambiente melhor, ou adquiriram privilégios que receiam ver ameaçados face a restrições impostas em nome do desenvolvimento sustentável. Como afirmámos em trabalho publicado anteriormente (Firmino, 1999) não nos parece possível implementar rapidamente em Portugal uma conduta compatível com um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Existe entre nós um sentimento de que preocupações ambientais são um luxo apenas acessível a países que alcançaram já um estágio de desenvolvimento mais avançado. É certo de que os prejuízos resultantes dum crescimento desregrado não são tão sensíveis no nosso país, devido a um despertar tardio para um determinado tipo de modernização, que se tem mostrado inadequado e lesivo do ambiente. No entanto, se nada for feito para arrearpiar caminho, de nada nos servirá o exemplo dos que enveredaram por esse tipo de desenvolvimento antes de nós, o que seria lamentável.

Muitas das actividades que têm sido bem sucedidas em Portugal assentam precisamente na beleza paisagística, riqueza gastronómica, diversidade dos produtos de qualidade, hospitalidade e segurança. Não nos podemos ufanar de elevadas produtividades mas dispomos certamente de produtos que granjeiam os maiores elogios no mercado internacional. Numa época em que abundam os escândalos relacionados com a produção alimentar, por se cair no absurdo de criar animais herbívoros com farinhas provenientes de carcaças de animais doentes, e onde as hormonas e antibióticos fazem parte da ração, a posta mirandesa merece a distinção de ser considerada do que melhor se produz em todo o mundo. Os nossos vinhos, enchidos, fumados, queijos, etc. continuam a deliciar quem os adquire e, embora em pequena escala, estes são sectores que têm conseguido progredir com assinalável êxito, segundo declarações dos próprios produtores.

Se permitirmos que se adultere a qualidade destes produtos, em nome duma industrialização irracional, e se não protegermos a harmonia e coerência das nossas paisagens, não poderemos esperar que sectores importantes da nossa economia como o turismo, tenham alguma viabilidade no futuro.

De igual forma, apesar de alguns nos considerarem inferiores, continuamos a ser um exemplo de civismo, e até de pacatez, que há quem interprete como imobilismo retrógrado, mas que reflecte afinal a serenidade dum povo que, apesar das coisas estarem infelizmente a mudar, ainda vai conseguindo estar bem consigo próprio.

Estamos pois numa posição de charneira entre uma herança legada pelas gerações passadas que trouxeram até nós condutas que ainda hoje são tidas como sustentáveis³ e uma sociedade que reclama elevados índices de crescimento, acompanhados por mudanças radicais na conduta e grau de satisfação das populações, que no entanto implicam elevados riscos para a sobrevivência do planeta.

De perneio propõem-nos medidas como as Agro-Ambientais, que nos recordam os tempos passados e que muitos conotam de arcaísmo, mas têm distribuído subsídios que recrutam aderentes que se deixam atrair por esses incentivos, mesmo que no seu âmago estejam longe de se identificarem com as práticas que se comprometem a desenvolver. É o caso da Agricultura Biológica, que tem visto o número de aderentes crescer exponencialmente, apesar das análises da situação apontarem para o rápido decréscimo desse número caso o subsídio venha a ser retirado (Geoideia, 1998, p. 95). Esta conclusão reflecte a falta de convicção com que muitos agricultores encaram ainda as questões do ambiente, fazendo depender as suas decisões do valor do subsídio (um verdadeiro Agricultor Biológico, em princípio, recusar-se-á a trabalhar noutros moldes mesmo que cesse o subsídio).

Sendo assim é compreensível que a prática agrícola seja muitas vezes insuficiente, pela falta de empenhamento, de conhecimentos técnicos, embora as infra-estruturas de apoio

³ Atente-se na reciprocidade da boa prática agrícola aconselhada nos mais recentes manuais e o que até há bem poucas décadas era prática corrente nos nossos campos, apesar da idade avançada dos agricultores e elevada taxa de analfabetismo.

à agricultura biológica sejam também escassas e de difícil acesso, o que propicia situações em que pouco se faz em prole do ambiente para além do controlo de poluentes.

É neste turbilhão de conceitos e tendências que cada um de nós terá de encontrar o seu caminho. Sem dúvida que algo está a mudar, mas precisamente porque a mudança causa temor em alguns, fragilidade noutros, incerteza na maioria, vive-se um clima de agitação que se repercute na relação entre as pessoas e destas com o meio que as envolve.

Apesar de não ser ainda por demais evidente entre nós, a mudança reflecte-se igualmente numa maior procura do nosso ser mais profundo, numa necessidade de apaziguamento interior e reconciliação com a Natureza, que uns encontram na meditação, outros na leitura de livros que abordam as questões da espiritualidade, e ainda na adopção de meios alternativos de cura para os seus males físicos e psíquicos, proporcionado por medicinas alopáticas, e de regimes alimentares mais saudáveis e equilibrados.

Parafraçando Bernward Geier, secretário-geral da IFOAM (International Federation of Organic Agricultural Movements) se não tomarmos conta da Terra, a Terra toma conta de nós. Quer isto dizer que, qualquer que seja a tendência de desenvolvimento que venha a dominar, se não prevalecer o bom senso “Gaia”⁴ criará as condições à regeneração da Natureza eliminando os culpados pela desregulação dos sistemas de vida na Terra. A pouco e pouco as doenças ditas da civilização vão lavrando, fazendo sentir ao Homem o seu estatuto de animal, uma espécie mais em extinção se não souber aproveitar a “racionalidade” de que se envaidece.

Bibliografia

- ARCHIBUGI, F. & NIJKAMP, P., Edited by (1990) *Economy and Ecology: Towards Sustainable Development*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, Boston, London
- CARSON, Rachel (s/d) *Primavera Silenciosa*, Editorial Pórtico, Lisboa
- CHANDLER, W.; GELLER, H.; LEDBEPTER (Eds.) (1988) *Energy Efficiency: a New Agenda*, Conselho Americano para uma Economia Energeticamente eficiente, Washington, D. C.
- DALY, H. E. (1999) *Ecological Economics and the Ecology of Economics*, Edward Elgar, USA
- DAY, Christopher (1993) *Places of the Soul*, The Aquarian Press. San Francisco, California
- DGDR (1997) *Desenvolvimento Rural – novas realidades e perspectivas*, Coleção Estudos e Análises, DGDR, Lisboa
- ECKERSLEY, R. (1999) *Is life really getting better?*, *The Futurist*, January, p. 23-26
- FIRMINO, Ana (1999) *Is Rural Sustainability possible in Portugal?*, *Progress in Research on Sustainable Rural Systems*, edited by Ian Bowler, Christopher Bryant and Ana Firmino, CEGPR/UNL, Série Estudos – nº2, p.110-119, Lisboa
- FIRMINO, Ana (1989) *Cultura Tradicional e Meio Rural, Separata da: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, IV*, p. 99-119
- GEOIDEIA (1998) *Potencialidades de Criação de Emprego no âmbito da Agricultura Biológica*, IEFP, Lisboa

- IEADR (1994) *Medidas Agro-Ambientais*, Ministério da Agricultura, IEADR, Lisboa
- LACASTA, N.; NEVES, M. (1998) *Ambiente e Desenvolvimento Sustentado: princípios de Direito Internacional*, *Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território*, nº3, Outubro 1998, Associação para o Direito do Ambiente, Lisboa
- LOVELOCK, James (1987) *Gaia – um modelo para a dinâmica planetária e celular*, in *Gaia – uma Teoria do Conhecimento*, organizado por William Irwin Thompson, Editora Gaia, São Paulo, Brasil
- PAVITT, K. L. R. (1973) *Thinking about the future*, Chatto & Windows, Londres, in Tamames, Ramón (1983) *Crítica dos Limites do Crescimento*, Publicações Dom Quixote, Universidade Moderna 77, p. 153, Lisboa
- PILLET, Gonzague (1997) *Economia Ecológica*, Instituto Piaget, Coleção Economia e Política, Lisboa
- ROBERTSON, James (1999) *The New Economics of Sustainable Development*, Forward Studies Series, European Commission, Luxembourg
- RODRIGUES, Francisco (1999) - *A base do desenvolvimento Sustentável*, *Cadernos de Educação Ambiental*, nº18, Janeiro, p. 4-5, IPAMB, Lisboa
- SCHUMACHER, E. F. (1980) *Small is Beautiful*, Publicações Dom Quixote, Universidade Moderna 65, Lisboa
- TIETENBERG, Tom (2000) *Environmental and natural resource Economics*, Addison-Wesley Longman, Inc., fifth edition, Amsterdam
- WHITELEGG, John (1995) *The Pollution of Time*, in *Science for the Earth*, WAKEFORD, Tom and WALTERS, Martin, Editors, John Wiley & Sons, Chichester, p. 115-144, New York, Brisbane, Toronto, Singapore
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987) – *Our Common Future*, Oxford University Press, Oxford
- WYDRA, N. (2000) *Feng Shui – o Livro das Soluções*, Editora Pensamento, Ltda., São Paulo, Brasil

⁴ Segundo James Lovelock, cientista e criador, juntamente com Lynn Margulis, da Hipótese Gaia, “parece bastante improvável que qualquer coisa que façamos possa ameaçar Gaia. Mas, se conseguirmos alterar o ambiente de forma sensível como pode acontecer no caso da concentração de dióxido de carbono na atmosfera – então uma nova adaptação pode se processar. E, provavelmente, não será em nosso benefício” (Lovelock, 1987, p. 88).